

COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS CNPJ 04.363.670/0001-23						
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)						
	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		4.921	(3.535)	1.386	-	1.386
Prejuízo do exercício		-	(443)	(443)	-	(443)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		4.921	(3.978)	943	-	943
Aumento de capital		179	-	179	-	179
Prejuízo do exercício		-	(464)	(464)	-	(464)
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	-	-	321	321
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		5.100	(4.442)	658	321	979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia também:

- efetuará a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando ao êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007, por meio do suprimento de Gás Natural Liquefeito - GNL, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, até a presente data a distribuição de gás natural é a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil, através de transporte rodoviário. Para que sua operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal com a construção de um gasoduto de transporte de gás natural, cujo projeto encontra-se em andamento. Até que esse projeto seja concluído, os acionistas proverão os recursos necessários para a manutenção da operação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos - CPC, aprovados como normas brasileiras de contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
3.1. Instrumentos financeiros
3.1.1. Ativos financeiros
Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.
A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas.
Empréstimos e recebíveis
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
No caso da Companhia compreende:
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber
As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, conforme nota explicativa nº 5. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.
3.1.2. Deterioração de ativos financeiros
Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.
3.1.3. Passivos financeiros
Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.
3.2. Estoques
São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.
3.3. Imobilizado
É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas a taxas anuais descritas na nota explicativa nº 8. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso.
Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
3.4. Diferido
De acordo com a Lei nº 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos pré-operacionais referentes à manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008.
A Companhia está, desde o início das suas operações, amortizando o saldo do diferido em dez anos, pelo método linear.
3.5. Intangível
Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela concessionária como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CFC, por meio das Resoluções nº 1.003/10, nº 1.261/09 e nº 1.318/10, que aprovaram, respectivamente, o pronunciamento técnico CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis, a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão.
Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão.
3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos
Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem

que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requerissem o reconhecimento de perdas por redução ao valor de recuperação.

3.7. Direitos e obrigações
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em receitas e despesas financeiras. As obrigações são classificadas em:

a) Circulante
São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.
b) Não circulante
São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.8. Principais fontes de julgamento e estimativas
Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, ao seguinte aspecto: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, a qual, apesar de refletir o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, pode eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	27	58
Aplicações financeiras	607	192
Total	634	250

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como "Caixa e equivalentes de caixa", por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2016	31/12/2015
Petrobras Distribuidora S.A.	113	109

A Petrobras Distribuidora S.A. representa o único cliente da Companhia. A Companhia não possui saldo de contas a receber vencido.

6. ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Gás natural liquefeito - GNL	9	103

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF a compensar	61	51
Total	61	51
Circulante	12	6
Não circulante	49	45
Total	61	51

02/04

03/04		COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS					
		CNPJ 04.363.670/0001-23					
		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
		(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
8. IMOBILIZADO							
		Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Taxa anual de depreciação		10%	10%	20%	10%	10%	
<u>Custo corrigido</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2015		13	64	74	30	18	199
Adições		-	-	6	-	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2016		13	64	80	30	18	205
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(13)	(64)	(64)	(30)	(18)	(191)
Adições		-	-	(4)	-	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		(13)	(64)	(70)	(30)	(18)	(195)
Adições		-	-	(5)	-	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		(13)	(64)	(75)	(30)	(18)	(200)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2015		-	-	4	-	-	4
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	-	5	-	-	5
9. DIFERIDO							
	31/12/2016	31/12/2017	13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Despesas com pessoal	971	971	Capital social				
Remuneração da administração	393	393	O capital subscrito é de R\$5.100 (R\$5.100 em 2015) e o capital integralizado é de R\$5.100 (R\$4.921 em 2015), representado por 180.000 (180.000 em 2015) ações sem valor nominal e não conversíveis de uma espécie em outra, conforme demonstrado a seguir:				
Impostos e taxas	197	197					
Serviços de terceiros	339	339					
Mapeamento e quantificação do mercado de gás	111	111					
Despesas gerais e administrativas	1.134	1.134					
Despesas financeiras	36	36					
Receita financeira	(568)	(568)					
Depreciação	108	108					
Subtotal	2.721	2.721					
Amortização acumulada	(2.402)	(2.140)					
Total	319	581					
10. INTANGÍVEL							
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2015			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	154	(27)	127	Capital Social Subscrito	Capital Social Integralizado	Quantidade de ações	Participação no capital Social subscrito %
Adição	-	(8)	(8)	867	836	30.600	51
Saldos em 31 de dezembro de 2015	154	(35)	119	476	459	16.800	28
Adição	-	(8)	(8)	357	345	12.600	21
Saldos em 31 de dezembro de 2016	154	(43)	111	1.700	1.640	60.000	100
11. FORNECEDORES							
	31/12/2016	31/12/2015					
GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.	187	189					
Outros	13	12					
Total	200	201					
12. IMPOSTOS A RECOLHER							
	31/12/2016	31/12/2015					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recolher	37	38					
IRRF a recolher	3	2					
Programa de Integração Social - PIS a recolher	1	1					
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recolher	3	4					
Total	44	45					
14. RECEITA LÍQUIDA							
		31/12/2016	31/12/2015				
Receita bruta de vendas		4.797	5.421				
PIS sobre vendas		(84)	(90)				
COFINS sobre vendas		(389)	(413)				
ICMS sobre vendas		(645)	(543)				
Total das deduções		(1.118)	(1.046)				
Receita líquida		3.679	4.375				
15. PARTES RELACIONADAS							
	Transações		Saldos				
	Receita bruta de venda de gás	Compra de gás	Ativo Circulante	Passivo			
			Contas a receber	Circulante Fornecedores			
<u>Partes relacionadas</u>	(a)	(b)	(a)	(b)			
Petrobras Distribuidora S.A.	4.797	-	113	-			
GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda.	-	3.469	-	187			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.797	3.469	113	187			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.421	4.004	109	189			
16. DESPESAS POR NATUREZA							
		31/12/2016	31/12/2015				
Matéria-prima e materias de consumo		(3.469)	(4.004)				
Depreciação e amortização		(275)	(274)				
Serviços profissionais		(236)	(212)				
Despesa com pessoal		(160)	(157)				
Aluguéis e condomínio		(90)	(86)				
Telefone e energia elétrica		(28)	(26)				
Editais e publicações		(26)	(26)				
Outros		104	(69)				
Total		(4.180)	(4.854)				
Classificado como:							
Custos dos produtos vendidos		(3.469)	(4.004)				
Despesas gerais e administrativas		(689)	(820)				
Remuneração de administradores		(22)	(30)				
Total		(4.180)	(4.854)				
							03/04

